portugues.qxd 22/02/2007 15:51 Página 1

COMÉRCIO INTERNACIONAL, AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

Neste material apresentaremos a vocês algumas idéias, dados, reflexões e atividades sobre os temas comércio, agricultura e alimentação, e seus impactos por gênero na América Latina.

Esta cartilha foi feita para difundir informações que nos parecem importantes acerca de como se conectam estes temas entre si e como eles afetam a vida cotidiana das pessoas, particularmente das mulheres. Recolhe também testemunhos e experiências de mulheres de diferentes países da América Latina, para que vocês possam refletir sobre as semelhanças e diferenças que encontram com relação a suas experiências próprias.

A Rede Internacional de Gênero e Comércio (IGTN) acompanha há muitos anos o andamento das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) e dos Tratados Bilaterais e Regionais (TLC) e seus impactos sobre a agricultura. Os temas analisados se relacionam com: a concentração da terra em mãos de grupos econômicos poderosos; as conseqüências que isto traz ao acesso das famílias e comunidades aos recursos naturais e à provisão de alimentos; as respostas alternativas que as organizações camponesas e indígenas e os movimentos sociais estão dando. A IGTN produz material de capacitação dirigido a organizações de mulheres, com o objetivo de apoiar sua formação nestes temas.

O material está organizado em três módulos que podem ser analisados em grupos, em diferentes jornadas ou sessões.

Módulo I: O livre comércio e seu impacto na agricultura.

Módulo II: Situação agroalimentar na América Latina.

Módulo III: Alternativas para preservar a agricultura e a produção de alimentos.

Em cada módulo se colocam conceitos e informações que ajudam a entender o tema. Em seguida, se propõem perguntas para o debate e exercícios para serem feitos em grupos.
Algumas das perguntas que tentaremos responder são:

Quais são os processos que estão sendo desencadeados na América Latina pelo comércio internacional e os Tratados de Livre Comércio, e porque eles atentam contra a agricultura familiar?

Qual é o significado do conceito de soberania alimentar? Quais são as diferenças deste com outros conceitos que fazem referência ao tema, como o de segurança alimentar?

Que alternativas existem para manter uma agricultura sustentável e uma produção de alimentos suficiente para satisfazer às famílias e comunidades?

Quais são os impactos dos tratados comerciais nas vidas e condições de produção das mulheres rurais e nas relações de gênero?

portugues.qxd 22/02/2007 15:51 Página 2

portugues.qxd 22/02/2007 15:51 Página 3

MODULO I

O livre comércio e seu impacto na agricultura

O livre comércio significa a incorporação de uma série de políticas, medidas e instrumentos para facilitar a compra e venda de bens e serviços entre países. Por exemplo, se reduzem ou se eliminam as tarifas para produtos importados, ou se promove uma produção que aproveite as vantagens do lugar de origem e tenha maiores probabilidades de exportação a outros mercados. Estas medidas são negociadas entre os governos e na teoria tendem a favorecer o crescimento econômico de todas as partes. Porém, na realidade este objetivo se vê destorcido pelas diferenças de poder entre os negociadores, que tendem a impor os interesses dos países mais ricos. Outro elemento que distorce a teoria são os subsídios que as economias mais fortes dão para os seus produtores permitindo-lhes baixar os preços de exportação e fazer uma competição desleal.

As políticas de liberalização comercial produziram mudanças profundas na estrutura econômica, nos setores de atividade, nas condições de trabalho e em geral, sobre todas as esferas da vida, atentando contra diretos econômicos, sociais e culturais, e ameaçando a reprodução social.

A agricultura sofreu um forte impacto, na medida que muitos países adotaram um modelo de produção agropecuário orientado à exportação. Desta forma, a produção camponesa em pequenas unidades tendeu a ser substituída pela de grandes empresas transnacionais (ETN), que produzem em ampla escala e decidem, cada vez mais, quais, como, quando e onde se produzem e se comercializam os alimentos. Este sistema agropecuário e de produção de alimentos é impraticável para uma maioria de pequenos e médios produtores da América Latina.

Organização Mundial do Comércio (OMC)

A OMC é um organismo intergovernamental de alcance mundial. Foi criada para orientar e fortalecer o processo de liberalização comercial, para que os países adotem um sistema multilateral de comércio. Mais de três quartos dos 150 países membros da OMC são países em desenvolvimento ou países menos adiantados

Seus objetivos são:

- Reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias para promover o comercio internacional,
- Apoiar reformas das políticas comerciais e locais para que os setores produtivos consigam uma maior orientação ou acesso ao mercado,
- Restringir o uso dos subsídios e das salvaguardas que os países utilizam para deter importações que põem em perigo a suas industrias locais.

(fuente: http://www.wto.org/spanish/thewto_s/whatis_s/inbrief_s/inbr04_s.htm)

Estes impactos não são reconhecidos por aqueles que promovem este modelo, nem por aqueles que definem as políticas macroeconômicas. Pelo contrário, considera-se que os impactos da economia são neutros no que diz respeito às relações entre os países, entre diferentes atores sociais e também nas relações de **gênero.** No entanto, na medida que homens e mulheres têm posições sociais e comportamentos diferentes e têm responsabilidades específicas, o impacto das decisões econômicas também é diferente em uns e outras.
O uso do conceito de família encobre, muitas vezes, as diferenças que existem entre seus menbros: as responsabilidades, comportamentos, contribuições e hierarquias distintas que se estabelecem entre homens e mulheres. Ainda assim, quando se fala de mulheres logo se pensa num conjunto homogênio, que oculta a diversidade que existe de acordo com a reça, etnia ou classe social na qual se situam.

O que quer dizer "gênero"?

Enquanto que o conceito de sexo trata das diferenças biológicas entre homens e mulheres, o conceito de gênero se refere à construção histórica, cultural e social que modela os comportamentos, as responsabilidades, os trabalhos, os direitos e as obrigações que assumem as pessoas de acordo com seu sexo.

Apesar da construção do feminino e do masculino variar entre culturas distintas, as diferenças são percebidas como sendo "naturais". Um primeiro passo numa análise de gênero é distinguir as diferenças biológicas entre homens e mulheres daquelas construídas social e culturalmente.

Alguns dos objetivos da análise de gênero na economia são:

- Identificar e tornar visíveis as contribuições das mulheres para o funcionamento conjunto da economia,
- Tornar visíveis os impactos das decisões econômicas que afetam as hierarquias e as relações de poder entre homens e mulheres,
- Incorporar objetivos de gênero em as políticas econômicas.

A produção alimentar na América Latina é atualmente dominada por grandes corporações agro-industriais que ameaçam a sobrevivência dos pequenos produtores agrícolas e das comunidades indígenas. Isto faz com que, conseqüentemente, grande parte da população rural se transforme em trabalhadores e trabalhadoras, desempregados e desempregadas, e emigrantes. Este sistema de agricultura demonstrou-se incapaz de oferecer alimentos suficientes e **sustentabilidade ecológica** em escala mundial. Atualmente milhões de pessoas, na sua maioria mulheres e crianças, padecem de fome e outras formas de desnutrição, quando mundialmente falando estão sendo produzidos alimentos suficientes para proporcionar comida a todas as pessoas. Uma das principais causas das insuficiências alimentares que afetam o mundo contemporâneo é a distribuição desigual dos recursos, da terra e dos alimentos.

Sustentabilidade ecológica

A sustentabilidade ecológica surge como um critério que busca regular a reconstrução de uma ordem econômica que se mostrou abusiva na sua utilização dos recursos naturais.
A problemática ambiental exige a mudança de um conjunto de processos sociais, como a formação de uma consciência ecológica e a participação da sociedade na proteção dos recursos ambientais. A crise ambiental questiona a racionalidade do modelo atual que estimulou e legitimou o crescimento econômico, negando a natureza.

Os temas de comércio agrícola são um dos pontos de difícil acordo nas discussões na OMC. As disposições do Acordo sobre Agricultura (AA) estabelecem um conjunto de regras sobre o comércio de alimentos dirigidas a reduzir as tarifas de importação e restringir os subsídios e políticas agrícolas nacionais de apoio aos agricultores e agricultoras.

No entanto, desde o seu início, os AA foram desequilibrados. Estes Acordos foram concebidos de tal maneira que os países desenvolvidos continuaram tendo altos níveis de proteção, enquanto que muitos países em desenvolvimento tiveram que se liberalizar. Os produtores destes países devem enfrentar uma severa competição proveniente majoritariamente de importações barateadas artificialmente através de subsídios dos países desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos, mas também da União Européia.

Como exemplo: o caso do arroz

Milhões de agricultores e agricultoras nos países em desenvolvimento não podem viver do que produzem devido à competição das importações baratas de alimentos, muitas vezes subsidiadas.
O arroz, alimento básico mais importante do mundo, é um claro exemplo da gravidade do problema. Os países ricos se valeram do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, assim como de agressivos acordos políticos bilaterais, para abrir os mercados dos países pobres às inundações de arroz subsidiado proveniente dos Estados Unidos. Assim é como as regras comerciais que deveriam favorecer o desenvolvimento, terminam por miná-lo. Qualquer novo acordo no seio da OMC deve permitir aos países pobres regular o comércio em beneficio da segurança alimentar e os meios de vida dos agricultores e das agricultoras.

Oxfam Internacional, 2005

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, FAO, as mulheres rurais são responsáveis por metade da produção mundial de alimentos[1]. Na maior parte dos países em vias de desenvolvimento, a proporção aumenta: elas produzem entre 60 e 80 por cento do alimento. No entanto, mesmo com esta grande contribuição à economia agrícola mundial, as estratégias de desenvolvimento subestimam com freqüência as agricultoras ou não as leva em consideração. As mulheres semeiam, aplicam fertilizantes, colhem. Sua contribuição à produção de cultivos secundários, como os legumes e as hortaliças, é inclusive ainda maior. Esses cultivos, produzidos principalmente nas hortas familiares, proporcionam nutrientes essenciais e representam muitas vezes o único alimento disponível durante os períodos de escassez, quando as colheitas principais se perdem.

[1] Informação presente no site da web da FAO http://www.fao.org/gender/sp/agri-s.htm

Os conhecimentos especializados das mulheres em relação aos **recursos genéticos** aplicados à agricultura e à alimentação fortalecem seu papel como custódias da diversidade biológica. No setor agropecuário, as mulheres dão de comer e ordenham os animais maiores, além de criar aves de curral e animais pequenos como ovelhas, cabras e coelhos. Uma vez recolhida a colheita, as mulheres contribuem com a maior parte da mão-de-obra nas atividades posteriores à colheita, responsabilizando-se pelo armazenamento, manipulação, preservação das reservas, elaboração e pela comercialização dos produtos da terra.

Riqueza Genética

A riqueza genética diz respeito aos recursos naturais dos povos indígenas e camponeses, ao conhecimento ancestral sobre seu hábitat e a forma de se relacionar com ele. Os marcos jurídicos internacionais relacionados com os recursos genéticos são muito ambíguos; ele permitiu o saqueio de plantas e a obtenção de patentes por parte das transnacionais que têm alcançado grandes lucros. Por outro lado, as legislações nacionais reconhecem somente o direito individual de patenteamento, e não o direito coletivo, com o que ficam impossibilitadas as comunidades de patentear coletivamente seus produtos.

Dos conceitos-chave no debate sobre agricultura e comércio: soberania e segurança alimentar

A **soberania alimentar** é o direito de todos os povos de definir suas políticas de alimentação e agricultura; de proteger e regular a produção agrícola nacional para conseguir um desenvolvimento sustentável; de determinar até que ponto desejam ser auto-suficientes; de parar o dumping dos produtos nos mercados, e de dar às comunidades baseadas na pesca a prioridade de manejar seus recursos aquáticos. A soberania alimentar se associa com as políticas e práticas de comércio que atendam os direitos dos povos e uma produção segura, saudável e sustentável.

O conceito de **soberania alimentar** tem diferentes significados de acordo com as pessoas ou grupos que o utilizam e é permanentemente enriquecido através de diferentes práticas e vivencias. O conceito foi utilizado pela primeira vez pela Via Campesina na Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma em 1996. Desde então continua-se discutindo e aprofundando seu significado e alcances. O conceito de soberania alimentar foi criado em reação ao (mau) uso crescente do conceito "segurança alimentar". A segurança alimentar significa que todas as pessoas têm uma quantidade suficiente de bons alimentos para comer todos os dias. Mas não leva em consideração de onde provem o alimento, quem o produz e em que condições. Isto permite que os exportadores de alimentos argumentem que a melhor maneira de que os países pobres consigam a segurança alimentar é importando alimentos baratos, ao invés de tentar produzi-los. Isto torna os países mais dependentes do mercado internacional, ao mesmo tempo em que expulsam de suas terras os camponeses que não podem competir com as importações subsidiadas e que terminam desempregados nas cidades.

Como exemplo: a Indústria de Flores e a Segurança Alimentar

A consideração das condições desvantajosas das mulheres rurais, e em particular das vinculadas a setores agro-exportadores como o das flores na Colômbia, permite visualizar os efeitos dos Tratados de Livre Comércio nos setores com menor capacidade de resposta ante os processos como a flexibilização do mercado de trabalho. Neste cenário, as mulheres rurais tornaram-se particularmente vulneráveis, até porque um grande número delas trabalha em empresas agro-exportadoras, em condições trabalhistas precárias e com rendas diminuídas/baixas.

As iniciativas de desenvolvimento rural a partir de diferentes setores levantam a necessidade de utilizar adequadamente os recursos ambientais, que sofrem uma degradação notável pelo uso irracional de produtos químicos e modelos tecnológicos que afetam os ecossistemas.

Neste contexto, a indústria de flores tem um impacto ambiental específico não só pelo uso de insumos químicos utilizados na produção, como também pela degradação dos recursos ambientais, particularmente os recursos hídricos. Na savana de Bogotá, a localização das empresas floricultoras significou o esgotamento progressivo das fontes de água subterrâneas, que começou a afetar a provisão de água nos povos próximos às empresas produtoras de flores.

A degradação ambiental afeta a produção de alimentos. A perda da biodiversidade limita a capacidade de muitas comunidades para procurar-se uma alimentação adequada. Isto, somado ao fato de que a herança agrícola e as espécies vegetais substituídas por monoculturas constituem uma grande ameaça para a segurança alimentar.

Por outro lado, as condições de trabalho nos setores agro-exportadores, como é o caso da indústria de flores, são precárias ainda que se cumpram minimamente as leis. A tudo isto, soma-se ainda um salário mínimo legal que não alcança cobrir sequer metade da cesta básica de alimentos, o que afeta particularmente às trabalhadoras deste setor, em sua maioria mães e chefes de família com vários filhos.

Resumindo, o vínculo existente entre a temática da segurança alimentar e a indústria das flores pode ser abordada a partir de duas perspectivas. A primeira tem a ver com a degradação ambiental, ou seja, com os impactos que têm os esquemas de produção implementados pelas empresas do setor sobre os recursos ambientais (entre eles a água), e a segunda, com as condições de contratação das e dos trabalhadores que limitam a capacidade de cobrir suas necessidades alimentares e as de suas famílias.

Fonte: Patricia Jaramillo, "A relação entre comércio internacional, alimentação e agricultura desde uma perspectiva de gênero. A industria das flores, o caso colombiano"

Perguntas para o debate:

1) Como os países mais pobres podem aumentar seu poder de negociação nas relações comerciais com as nações mais poderosas?
2) Você pode identificar em seu país/localidade alguma ação que coloque em risco a soberania alimentar? Analisar os casos expostos nos seguintes aspectos: que papel joga o comércio internacional, interesses que movem essas ações, quem se beneficia, de que maneira, etc.

ATIVIDADES DE OFICINA

Atividade 1

Objetivo: Reconhecer as idéias de feminino e masculino aceitas socialmente e o valor do trabalho que realizam as mulheres em relação às tarefas agrícolas.

Primeira Parte:

Materiais:
Papel pardo, pilot de pelo menos três cores, folhas e canetas (1 por participante).

Procedimento:
a) Em grupos de até 4 pessoas, discutam e escrevam num papel quais são as tarefas que normalmente realizam as mulheres camponesas.
b) Cada grupo lê sua lista em voz alta e uma voluntária vai escrevendo as tarefas num papel pardo.
c) Com as tarefas postas no papel, se determina quais são remuneradas e quais são realizadas sem que se receba por elas nenhum tipo de dinheiro. Quais dessas atividades poderiam ser feitas por outras pessoas e quanto deveriam pagar em cada caso?

Observação: *caso possam ser utilizados cartões, escrever uma tarefa por cartão. Isto permite movê-las mais facilmente e montar duas colunas no papel pardo; uma para tarefas remuneradas e outra para as não remuneradas.*

Segunda Parte:

a) Em grupos pequenos, leiam o seguinte testemunho de Julia Barrios, da Guatemala:

"O homem não valoriza a nós, mulheres, porque às vezes dizem: teu trabalho não é visível, teu trabalho é simplesmente dar voltas e não se vê nada, nada fazes, diz. Mas eu faço sim, porque o trabalho do campo é duro (...) Pelo menos eu, me levanto às três da manhã, para juntar lenha, coar o café, lavar o milho, moer no moinho; preparar meus alimentos. Vou às 5 da manhã a "chapear" na "milpa" ou regar adubo, dobrar, "tapiscar". Ao chegar em casa, arrumo os alimentos, lavo, passo, remendo roupas, varro, lavo a louça, preparo a comida para as crianças, dou banho nas crianças e as coloco para dormir. E no outro dia é a mesma coisa: ao trabalho para ganharmos nossos centavos para ter um pão para nossos filhos. Então a tarefa é dupla, da casa e do campo, quando o homem só tem uma tarefa".

Fonte: Entrevista realizada por Norma Maldonado, IGTN.

b) Comente com o seu grupo: Com quais destas tarefas e situações descritas você se identifica? A partir da sua própria experiência, porque você acredita que se valoriza menos o trabalho que realizam as mulheres? Como você acha que isto poderia mudar?

MODULO II
Situação agro-alimentar na América Latina.

O acesso das e dos camponeses indígenas aos recursos produtivos e naturais, foi-se limitando à medida que avança a liberalização do comércio e do desenvolvimento do agro-negócio (agribusiness).

O agro-negócio implica processos de produção e distribuição de alimentos, controlados por grandes empresas transnacionais que impõem um modelo de agricultura de grande escala e de comercialização concentrada. Atualmente, o agro-negócio conduz para uma agricultura sem agricultores e agricultoras, de monoculturas industriais, altamente extrativista e poluente.

O desenvolvimento agropecuário baseado no agro-negócio se impôs nos últimos anos como a única via de desenvolvimento e progresso para os países da América Latina com conseqüências de transtornos humanos e ecológicos. As transnacionais da cadeia agro-alimentar encabeçadas por empresas como Monsanto, Cargill, Bayer, Syngenta, Unilever, Nestlé, etc, varreram muitas das economias e dos mercados locais da América Latina.

Controle Corporativo da Agricultura

Cadeia Agro-alimentar	**Gens, Sementes, Insumos químicos**	**Comércio de Alimentos/fibras (processamento primário)**	**Processamento manufatureiro**	**Supermercados**
Corporações transnacionais	Syngenta Monsanto Bayer	ADM Louis Dreyfus Bunge Cargill Cristiani Burkard	Nestle Kraft Foods Unilever PepsiCo	Wal-Mart Carrefour Metro Tasco
Principal atividade	Produção de sementes e agroquímicos	Comércio e processamento primário de matérias primas	Processamento de alimentos e bebidas	Venda de alimentos
Impactos	Controle da propriedade intelectual Perda do direito de estocar e intercambiar sementes Promoção de tecnologias inadequadas para agricultores e agricultoras pobres Encarecimento de insumos/bens Eliminação de alternativas de agricultura sustentável Envenenamiento por plaguicidas Círculo vicioso de endividamento	Uso do poder de mercado para reduzir preços Rendas mais baixas para agricultores e agricultoras Exposição a mercados voláteis Custos e riscos ficam para os produtores	Imposição de modelos e estándares	Uso do poder de mercado para reduzir preços Práticas de compras injustas Imposição de modelos e estándares Exclusão de mercados

Fonte: Quadro baseado em "Fome de Poder. Seis razões para regular as empresas globais de alimentos", Eagleton, Dominic (2006) citado por Norma Maldonado e Beatriz Barrientos em "Velhas e novas formas de colonização dos territórios".

O modelo traz em si os seguintes perigos:

1. Contaminam-se e degradam-se os recursos naturais.
2. Instala-se uma tendência às monoculturas.
3. As migrações internas e externas aumentam: despovoamento rural e concentração em periferias urbanas.
4. Produz-se um deterioro do tecido social e uma perda das culturas autóctones.
5. Perde-se a soberania alimentar não só na área rural, como também em áreas urbanas.
6. Aumenta-se a concentração de poder econômico e comercial em mãos de corporações transnacionais.
7. Aumenta a dependência das economias nacionais das importações de alimentos para abastecer suas populações.

Todos estes fatores tiveram conseqüências sobre as populações rurais que têm cada vez mais dificuldades de acesso à terra, ao capital e a outros insumos produtivos. As transnacionais continuam promovendo as monoculturas intensivas, com uso de agro-químicos em grande escala, assim como os cultivos geneticamente modificados. Este modelo de produção causa a perda de variedades nativas, degradação e contaminação ambiental e graves problemas de saúde a curto, médio e longo prazo. Isto traz não só conseqüências econômicas sobre as comunidades, como também sociais e culturais.
Alguns dos efeitos foram:

Limitado acesso camponês e indígena à terra: Cada vez mais, as melhores terras se concentram nas mãos de poucos latifundiários e agroindústrias. Entre as causas da limitação no acesso das populações rurais à terra se encontra a reestruturação territorial orientada à satisfação de exigências de eficiência produtiva do capital financeiro internacional, que orienta a produção priorizando as **monoculturas** em extensas regiões em detrimento dos cultivos tradicionais. As plantações de eucalipto, pinho, soja e palmeira do óleo se converteram num grande problema social e ambiental. Desde a perspectiva da biodiversidade, estas eliminam a maioria das plantas locais e praticamente não oferecem alimento à fauna silvestre. Apesar de tudo isso continua-se produzindo-as, especialmente em países do sul, para a produção de matéria prima barata que alimenta principalmente as indústrias de celulose e papel e do azeite de palmeira.

Monoculturas

Produção agrícola centrada em um só tipo de cultura, geralmente orientado à exportação. É a forma habitual da agricultura mecanizada e industrializada. Têm impactos negativos no meio ambiente, como empobrecimento da terra, inclusive o seu esgotamento. Na América Latina é uma tendência que está se ampliando há quase uma década, principalmente as monoculturas vinculadas à soja e a algumas variedades florestais utilizadas para combustíveis ou para a fabricação de pasta de papel.

Limitado acesso camponês e indígena ao crédito produtivo: A falta de capital para investir devido a situações de empobrecimento estrutural, e as barreiras para o acesso ao crédito por parte da população camponesa e indígena rural, derivou numa falta de recursos para o desenvolvimento da pequena produção agrícola.

Limitado acesso indígena e camponês a sementes originárias dos próprios territórios: Os cultivos extensivos e as sementes geneticamente modificadas contribuem à perda das variedades de sementes originárias. Isto se agrava devido aos acordos sobre **propriedade intelectual** contidos nos tratados de livre comércio que restringem o acesso às sementes patenteadas pelas corporações transnacionais.

Direitos de Propriedade Intelectual

O tema da propriedade intelectual nos acordos de comércio internacional entrou em vigência em 1995 com o Acordo sobre os Aspectos da Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (ADPIC), com o objetivo de proteger os investimentos em pesquisa das empresas e laboratórios, sem levar em conta as conseqüências sociais e culturais. Este acordo é de cumprimento obrigatório para todos os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Estado tem responsabilidade sobre o reconhecimento e garantia de direitos econômicos, sociais e culturais de seus cidadãos e cidadãs. Deve ainda proteger contra processos pouco éticos vinculados ao comércio desigual, ao uso de insumos nocivos e perigosos na produção de alimentos e às violações relacionadas à soberania alimentar.
Quanto a isso, o Artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, indica que cada Estado deve adotar medidas para "melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de alimentos, mediante a plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos e o aperfeiçoamento ou a reforma dos regimes agrários".
No caso específico das mulheres, o Estado deve prover legislação e medidas que garantam seu acesso à terra e aos recursos naturais, como a água.

Perguntas para o debate

1- Que conseqüências do modelo do agro-negócio mencionadas no texto é possível identificar no seu país/localidade? Descreva o processo.
2- Você pode citar exemplos a partir da sua experiência vinculados ao surgimento e proliferação de grandes transnacionais da alimentação como Monsanto, Cargill, Bayer, Syngenta, Unilever, Nestlé, etc?

ATIVIDADES DE OFICINA

Atividade 1: Jogo de papéis

Objetivo:
Identificar o papel específico das mulheres ante os problemas produzidos pela liberalização agrícola e a irrupção do agro-negócio na economia.

Procedimento:
4 mulheres se encontram num mercado e começam a falar de seus problemas relacionados às mudanças na agricultura, buscando uma solução.

1) Armar grupos de 5 pessoas.

2) Dentro do grupo, cada integrante terá um dos seguintes papéis:

LUIZA: não pode vender sua colheita nos armazéns ou grandes supermercados.

RAQUEL: está preocupada porque sua filha pequena está sempre doente do estômago. Desconfia da água.

MARIANA: é membro de uma organização camponesa que luta pelos direitos das mulheres.

BEATRIZ: é uma mulher camponesa que acaba de emigrar para a cidade pela falta de oportunidades de trabalho no campo.

FACILITADORA/OBSERVADORA: no plenário será a relatora da experiência.

3) Representar o jogo de papéis dentro do grupo.

4) Em plenário, pode-se solicitar a alguns grupos que representem seu jogo de papéis ante todo o grupo, ou as observadoras podem relatar a experiência diante de todas.

Atividade 2:

Objetivo:
Discutir os efeitos nocivos dos alimentos transgênicos na população.

Materiais:
Papel pardo, pilot, cola, revistas e jornais.

Procedimento:
1) Em grupos de até 6 pessoas, ler atentamente a seguinte definição e a meteria de jornal que segue:

Transgênicos

Um transgênico (ou Organismo Modificado Geneticamente, OMG) é um organismo vivo que foi criado artificialmente, manipulando seus genes. As técnicas de engenharia genética consistem em ilhar segmentos do DNA (o material genético) de um ser vivo (vírus, bactéria, vegetal, animal e inclusive humano) para introduzí-los no material hereditário de outro. Por exemplo, o milho transgênico que se cultiva na Espanha leva genes de bactéria que lhe permitem produzir uma substância inseticida.

Encurralados pelos transgênicos

* Estão em tudo: Corn Flakes, remédios, cosméticos, leveduras, embutidos, polenta e farinha de milho, de soja e de trigo.

Pilar Emilio Ramírez está certo de que quase todos os nicaragüenses estamos consumindo produtos transgênicos. É um consultor dominicano do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) que considera que na América Central está entrando uma enorme quantidade desta mercadoria, pois os preços são relativamente baixos devido à enorme quantidade de produção que se obtém ao manipular com poucos recursos os genes e qualidade destes alimentos.
"Não me cabe a menor dúvida, pois as transnacionais que produzem os transgênicos se aproveitam do seu grande capital, sua oferta favorável e de nossas pequenas economias, para introduzir seus produtos geneticamente modificados. E são fortemente vendidos em países como Nicarágua, Rep. Dominicana, El Salvador, Honduras e outros", assinalou.

Abrem as portas até dos cemitérios

Alertou que esta é uma situação que há mais de um ano vêm sendo assinalada ao governo da Rep. Dominicana, para que supere esta deficiência antes de assinar o DR-Cafta, "um tratado que abre as portas das casas, do pátio, do mercado, do estômago e até do cemitério aos transgênicos".
No entanto esclareceu: "Eu não tenho nada contra os transgênicos. O que nós dizemos é que antes de abrir a eles o mercado, eles deveriam ser etiquetados, porque eu, como consumidor, tenho o direito, quando pago, de saber o que estou consumindo, porque seus produtos valem, mas o meu dinheiro também". Considera que deve-se dar aos nicaragüenses a oportunidade de saber o que estão pondo na boca, pois durante os últimos nove anos, a Comissão Pan-americana de Inocuidade de Alimentos (Copaia), emitiu na América Central mais de 420 informes de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (ETA).

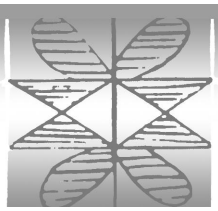
32 por cento dos surtos ocorreram nos lares, e entre as causas durante a reunião no México no último dia 20 de abril, foram enumeradas: bactérias, vírus, toxinas marinhas, parasitas, contaminações químicas e toxinas de produtos vegetais; os principais acompanhantes dos transgênicos.

Fonte: O Novo Diário, Santo Domingo, República Dominicana, 7 de outubro de 2005: "Encurralados pelos transgênicos", de Oliver Gómez

2) Em grupos, elaborem um cartaz segundo as alternativas:

Alternativa 1: Vocês são especialistas em publicidade de uma grande empresa alimentícia, e devem vender seu novo produto, elaborado à base de milho transgênico.
Alternativa 2: Vocês são uma ONG que quer alertar à população sobre os efeitos nocivos dos alimentos elaborados com produtos transgênicos.

3) Apresente o cartaz para todo o grupo, explicando porque o fizeram de tal forma.



MODULO III

Alternativas para preservar a agricultura e a produção de alimentos

Em diferentes lugares da América Latina estão começando a realizar-se ações para garantir a agricultura familiar e a produção de alimentos.
A primeira e principal é fortalecer uma produção camponesa e indígena que garanta a satisfação das necessidades alimentares e respeite o meio ambiente, facilitando o acesso aos meios de produção: terra, sementes, água, créditos.
O Acordo sobre Diretos de Propriedade Intelectual da OMC estabelece regras mundiais sobre patentes e marcas registradas. Atualmente ampliou seus alcances iniciais de proteger invenções originais, já que inclui também a prática de patentear plantas ou sementes. Assim, brindam um privilegiado monopólico sobre bens que anteriormente eram propriedade de todos, impedem o livre intercâmbio de sementes e possibilitam às transnacionais apropriar-se de conhecimentos ancestrais da sabedoria tradicional camponesa e indígena. Uma das ações principais vinculadas à produção camponesa é a recuperação das sementes tradicionais. Para o qual se levam a cabo distintas estratégias, entre elas a criação do **Banco de Sementes**.

Outra das ações que algumas organizações propõem é promover a articulação direta entre produtores e consumidores através das **feiras livres**. Estas buscam frear os fortes impactos que a proliferação de supermercados tiveram sobre produtores e consumidores.

Bancos de sementes

Os bancos comunitários de sementes nativas (originárias de uma região) e crioulas (procedentes de outra região, porém aclimatadas) foram apresentados como uma alternativa utilizada por centenas de famílias de pequenos agricultores que deram origem a diversos projetos de desenvolvimento sustentável. Estes Bancos são um modelo alternativo de administração coletiva da reserva de sementes necessária para a semeadura. O funcionamento se baseia no sistema de empréstimo e devolução. A família associada toma emprestada uma certa quantidade de sementes, às quais se agrega uma porcentagem quando é devolvida depois da colheita. Para o inicio das atividades, o Banco define coletivamente a quantidade de sementes que cada agricultor ou agricultora deve depositar e qual será a porcentagem que deverá ser agregada na devolução. Este sistema permite que cada família produza e melhore sua própria semente sob a gestão coletiva da reserva.

Feiras Livres

Um modelo de agricultura de responsabilidade compartilhada entre agricultores e consumidores implica, entre outras ações, a criação de feiras livres, nas quais os agricultores vendem de maneira direta suas produções ao público. Isto, por sua vez, se relaciona com a criação de sistemas de certificação participativos que significam uma alternativa aos selos de certificação de organismos externos.

Busca-se favorecer através deste tipo de empreendimentos o desenvolvimento de uma agricultura local respeitosa com o meio, não dependente do mercado internacional, que favoreça condições de vida e trabalho mais dignas para os produtores das comunidades locais.

As políticas que dão vantagem à agroindústria favorecem o *dumping* e afetam de maneira negativa os apoios financeiros públicos, necessários à agricultura camponesa. O controle às importações a preços baixos que destroem as economias agrícolas locais é uma alternativa fundamental para paralizar este modelo.

Quadro comparativo entre dois modelos de agricultura

Os dois modelos de produção:	Agricultura de monopólios e transgênicos orientada para a exportação	Agricultura familiar, agro-ecológica e/ou produção orgânica.
Quem são os principais atores?	As multinacionais e os latifundiários configuram um modelo de produção dependente dos agro-químicos, excludente e insustentável a longo prazo.	Os pequenos e médios agricultores e agricultoras conformam um modelo de agricultura ecológica com sementes crioulas, independente e sustentável a longo prazo.
Quem controla as sementes?	Há um controle monopólico das sementes. Elas são patenteadas, e os donos são as multinacionais como a Monsanto.	As e os agricultores controlam as sementes que produziram, melhorado e conservado. As mulheres assumem uma responsabilidade central neste processo.
Qual é o tipo de cultivo predominante?	Monoculturas intensivas, com uso de agro-químicos e em grande escala.	Policulturas, produção diversificada por regiões, que respeita as tradições e culturas.
Quem controla o modelo?	Multinacionais de biotecnologia e da agro-química, tanto antes da produção (Monsanto, Syngenta, Dow, Dupont, etc.) como no processamento e na comercialização (Bung, Cargill, etc.).	As famílias, os pequenos e médios produtores/as, em suas cooperativas, associações, grupos de base, movimentos sociais organizados para produzir, industrializar e comercializar.
O que ocorre com a produtividade?	Justifica-se que a produtividade é altamente eficiente.	As pequenas propriedades que adotam a diversidade biológica têm um rendimento positivo em termos de utilização eficiente de recursos e produção por hectare.
Qual é o custo de produção de cada modelo?	Custos elevados, pois depende de uma grande quantidade de tecnologia e insumos externos importados.	Baixo custo de produção, pois não depende de insumos externos, se pode produzir tudo localmente.
Quais são as conseqüências de cada modelo para o meio ambiente?	Contaminação dos rios, lagos e mares pelo uso de químicos. Novas pragas e doenças nas plantas.	Um meio ambiente equilibrado, e diminuição e incidência de pragas e doenças.

Fonte: Quadro baseado em "A Batalha entre dois modelos de agricultura. A longa luta por um Brasil livre de transgênicos e do controle das multinacionais", Cartilha da Via Camponesa, Brasil citado por Norma Maldonado e Beatriz Barrientos em "Velhas e novas formas de colonização dos territórios".

Perguntas para o debate:

1) Com base no quadro anterior, como você descreveria o modelo atual de agricultura em vigência em seu país/região?
2) Como esse modelo afeta às mulheres?
3) Quais das alternativas ao modelo de agricultura de monoculturas anteriormente mencionadas são praticadas em seu país/localidade? Você poderia mencionar algumas outras alternativas? como por exemplo: campanhas de consumo responsável, feiras de pequenos/as produtores/as orgânicos, redes regionais de segurança e soberania alimentar, etc.

ATIVIDADES DE OFICINA

Atividade 1:

Objetivo:
Identificar alguns dos problemas do modelo agrícola tratados na segunda parte desta cartilha e possíveis alternativas.

Procedimiento:
1) Leia em grupos o seguinte texto publicitário:

> Em 1960, o mundo dispunha para alimentar cada duas pessoas de um hectare de cultivo. Em 1995, o alimento produzido nesse mesmo hectare era compartilhado por quatro pessoas. Estima-se que em 2025 cinco pessoas deverão ser alimentadas com o produto dessa mesma terra.
> Com o aumento da população mundial, diminui a superfície cultivável por pessoa. Por tanto, é necessário otimizar a produtividade agrícola para satisfazer a necessidade global de alimentos. Não há outra alternativa senão uma agricultura mais intensiva e sustentável. A industria agrícola permitirá que os agricultores produzam mais alimentos e ao mesmo tempo lhes ajudará a preservar o meio ambiente.
> A indústria da proteção de cultivos e as indústrias das sementes oferecem os produtos que proporcionam a ajuda essencial à agricultura moderna. Ambas as indústrias foram fundamentais para as melhorias agrícolas da produtividade, que permitiram à produção do alimento aumentar junto à população e ao desenvolvimento econômico. Estas melhorias foram produzidas quase que inteiramente devido ao aumento na produção, já que a área para cultivo ampliou muito pouco nos últimos anos.
>
> Fonte: www.syngenta.com.ar

2) Responda às seguintes perguntas:

Você está de acordo com o texto de Syngenta? Por quê?

Enumere as conseqüências da "agricultura moderna" que foram ignoradas no texto.

3) Nesta cartilha se mencionaram os bancos de sementes e as feiras livres como alternativas ao agro-negócio. Discuta com seu grupo estas alternativas e identifique outras alternativas possíveis

4) Elabore um texto publicitário inspirando-se no de Syngenta, porém, feito para promover a alternativa identificada pelo seu grupo.

portugues.qxd 22/02/2007 15:51 Página 17

ANEXOS

Algumas definições úteis relacionadas com o comércio internacional

Balança Comercial: Diferença entre as exportações e importações de bens e serviços que um país realiza durante o transcurso de um exercício econômico.

Competitividade: Numa economia, se refere à capacidade de aumentar (ou pelo menos manter) a participação nos mercados internacionais, com um aumento simultâneo no nível de vida da população. No sentido dado pelas empresas, se logra quando se consegue sustentar os padrões de eficiência vigentes no resto do mundo em quanto a utilização de recursos e qualidade do produto ou serviços oferecido a um preço igual ou menor ao internacional.

Crescimento econômico: Refere-se ao aumento dos bens e serviços oferecidos ao mercado, de um período a outro.

Déficit (de Balança Comercial): Produz-se quando as importações de bens e serviços superam o montante total de exportações realizadas pelo mesmo conceito.

Desenvolvimento (sustentável): Processo pelo qual é possível dar satisfação às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de futuras gerações para dar satisfação a suas próprias necessidades. Alude-se não solo a necessidades econômicas, como a todas as que possibilitam aos indivíduos ampliar sua capacidade humana em forma plena e dar a essa capacidade o melhor uso em todos os terrenos, seja o econômico, cultural ou o político.

Desregulamentação: Refere-se aos processos de mudança da legislação ou inclusive ao desaparecimento de certas normas associadas à necessidade de eliminar ou diminuir a rigidez que impede os ajustes nos mercados.

Dumping: Quando entra no mercado de um país um produto estrangeiro cujo preço é inferior ao custo de produção ou ao preço vigente no país de origem ou exportador. Chama-se anti-dumping às medidas que tendem a impedir a competição desleal dos produtos que realizam dumping.

Emprego Precário (precariedade): Refere-se aos empregos que carecem da cobertura de Previdência Social, são instáveis ou apresentam outros problemas na qualidade.

Eqüidade: Refere-se à igualdade de oportunidades e à justa distribuição de resultados. Em sua dimensão econômica em particular, o conceito implica uma justa distribuição da renda de modo que reflita fielmente a contribuição dos agentes econômicos ao processo produtivo.

Exportações: Conjunto de bens e serviços produzidos pela economia de um país que são vendidos a outros.

Globalização: Alude à integração sem precedentes dos processos econômicos, políticos e sociais no nível mundial. Consiste em um processo de transformações no campo da ciência e da tecnologia, do comércio, das finanças e do investimento tais que determinaram uma interconexão das economias em escala mundial, como nunca antes imaginamos.

Importações: Trata-se dos bens e serviços produzidos fora das fronteiras nacionais e adquiridos pelos agentes locais.

Investimento Estrangeiro Direto (IED): São os investimentos destinados à produção que realizam os capitais transnacionais. Diferenciam-se dos investimentos puramente especulativos. Ambos os tipos se facilitam em contextos de liberalização e desregulamentação econômica.

Liberalização: Processo pelo qual os instrumentos de política econômica se orientam a diminuir a intervenção do Estado na economia apostando nos mecanismos de mercado como reguladores das relações entre os agentes da economia. Produz-se em todas as áreas de participação do Estado: comercial, trabalhista, financeira, fiscal, etc.

Macroeconomia: Ramo da economia que analisa as mudanças nos indicadores econômicos agregados, como o produto bruto interno, a balança de pagamentos, etc.

Mercado: âmbito no qual os oferentes (vendedores) e demandantes (compradores) de bens e serviços se encontram para realizar os intercâmbios, determinando-se nesse processo o preço e as quantidades transadas.

Mudança tecnológica: Mudança do processo de produção ou introdução de novos produtos que permitem obter um nível de produção maior ou melhor com a mesma combinação de fatores.

Política econômica nacional: Conjunto de instrumentos com os quais contam os Governos para exercer sua influência sobre a atividade econômica. Refere-se às medidas de ordem fiscal, monetária, comercial, trabalhista, que se elaboram no nível do Estado e se traduzem em decisões sobre o funcionamento da economia em questão.

Produção: Atividade humana que permite, através do uso das possibilidades da natureza, dar satisfação às diferentes necessidades. A atividade que se desenvolve é chamada trabalho. Os resultados do processo de produção (produtos), podem ser classificados como bens (quando são materiais) e serviços (quando não são tangíveis), como o caso do comércio, transporte ou a atividade financeira.

Produto Interno Bruto (PIB): Valor do conjunto de bens e serviços finais produzidos dentro das fronteiras nacionais durante determinado período (em geral, um ano).

Subsídios diretos e indiretos: Os primeiros consistem em um pagamento realizado aos produtores nacionais que vendem ao estrangeiro. Os segundos atuam através da devolução de tarifas sobre insumos importados, condicionados a certas metas de exportação, produção ou emprego que constituem incentivos à exportação. Em ambos os casos, o efeito é melhorar os preços de venda e da colocação.

Tarifa: Imposto colocado sobra as importações, que pode ser uma porcentagem do valor do bem, ou uma tarifa fixa.

portugues.qxd 22/02/2007 15:51 Página 19

Algumas páginas eletrônicas vinculadas às temáticas de agricultura, comércio e gênero.

http://www.generoycomercio.org/
http://www.igtn.org/

A Rede Internacional de Gênero e Comércio oferece apoio e recursos para a avaliação do impacto diferencial nas mulheres referente aos acordos de livre comércio e a formulação de políticas que apontem para um desenvolvimento econômico que tenha como meta a equidade social e de gênero.

http://www.actionaid.org/

ActionAid foi criada em 1972 com a finalidade de lutar contra a pobreza e a exclusão social através do desenvolvimento de programas de longo prazo e de ações de sensibilização e incidência em 42 países da Ásia, África e América.

http://www.redcomagri.org/

A Rede ComAgri nasceu em Agosto de 2005 com o propósito de contribuir com a participação de campesinos e organizações de pequenos agricultores, ONGs e centros de pesquisa em desenvolvimento nos debates sobre Agricultura e Comércio, através de três atividades principais: pesquisa, iniciativas de fortalecimento de redes nacionais e regionais sobre agricultura, comércio e desenvolvimento e capacitação.

http://www.viacampesina.org/

A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações campesinas, pequenos e médios produtores, mulheres do meio rural, comunidades indígenas, sem terra, jovens que vivem no meio rural e trabalhadores agrícolas migrantes.

http://www.biodiversidadla.org/

Página destinada à difusão de informação, manejo de documentação e intercâmbio das atividades e propostas das organizações latino-americanas que trabalham na defesa da biodiversidade como parte da cultura e do sustento dos povos; potencializando-o como recurso informativo, interativo y educativo.

http://www.fao.org

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação conduz as atividades internacionais direcionadas a erradicar a fome. Ao oferecer seus serviços tanto para países desenvolvidos como para países em desenvolvimento, a FAO atua como um fórum no qual os países se reúnem para negociar acordos e debater políticas.

Outras páginas eletrônicas de interesse: .....

.....

.....

.....

.....

portugues.qxd 22/02/2007 15:51 Página 20

Rede Internacional de Gênero e Comércio
Capítulo Latino-americano

Alma Espino - (Co-coordenadora do Capítulo Latino-americano)
Responsável por pesquisa.
CIEDUR - Centro Interdisciplinar de Estudos sobre o Desenvolvimento.
Montevidéu, Uruguai.
E-mail: aespino@ciedur.org.uy

Norma Sanchís - (Co-coordenadora do Capítulo Latino-americano)
Responsável por Capacitação.
Associação Lola Mora.
Buenos Aires, Argentina.
E-mail: generoycomercio@arnet.com.ar

Graciela Rodríguez
Instituto EQÜIT
REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: graciela@equit.org.br

Patricia Jaramillo Guerra
REPEM - Rede de Educação Popular entre Mulheres.
Santa Fé de Bogotá, Colômbia.
E-mail: pasteja@yahoo.com

Rebeca Salazar
Mulher e Meio Ambiente A.C.
México DF.
E-mails: rebsalazar@prodigy.net.mx

Norma Maldonado
Mesa Global de Guatemala.
Guatemala.
E-mail: maldonadon@yahoo.com

IGTN
International Gender and Trade Network
Rede Internacional de Gênero e Comércio